



## Lançamento da etapa estadual da CONAE 2024 foi realizado na Alerj



No dia 18 de outubro, foi realizada a cerimônia de lançamento da Conferência Nacional de Educação Extraordinária – CONAE

2024 – Etapa Estadual Rio de Janeiro, no auditório Lúcio Costa da Alerj. O evento contou com uma palestra do professor Heleno Araújo, Coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE). A cerimônia teve a presença de setores e segmentos da educação do Estado, órgãos públicos, autarquias, entidades e movimentos sociais, com atuação amplamente reconhecida na melhoria da educação em nosso estado e municípios. Na ocasião, também foi apresentada uma cena curta, com o grupo CIA MAR, que denunciou, em forma de manifesto teatral, a favor da escola de teatro mais antiga da América Latina, a Martins Pena, onde o grupo estuda.

*\*Discussão de três eixos.*

## Calendário CONAE:



### Etapa capital RJ

1º de novembro

### Etapa estadual

De 17 a 19 de novembro

### Etapas municipais e intermunicipais

DATA	MUNICÍPIO(S)
21/10	Cabo Frio
21 e 24/10	Petrópolis
23 e 24/10	São Gonçalo
23, 24, 25 e 30/10	Itaboraí
23 e 24/10	Três Rios
24/10	Conceição de Macabu
25/10 e 30/10	Intermunicipal: Rio das Ostras, Quissamã, Carapebus, Macaé, Casimiro de Abreu
26 e 27/10	Magé
26 e 27/10	São João de Meriti
26 e 27/10	Nilópolis
27 e 28/10	Duque de Caxias
27, 28 e 29/10	Niterói
30/10	Cambuci e São Fidélis
30 e 31/10	Paraíba do Sul
30, 31/10 e 01/11	Teresópolis
30 e 31/10	Vassouras
31/10	Campos, S. J. da Barra e S. F. do Itabapoana
31/10	Nova Iguaçu
31/10	Resende, Itatiaia, Porto Real e Quatis
01/11	Mangaratiba
01/11	Queimados
01/11	Valença
01/11	Rio de Janeiro (Capital)



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO  
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,  
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040  
Recepção: (21) 2195-0450.  
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457  
(Agendar atendimento, 10h às 16h).

[www.seperj.org.br](http://www.seperj.org.br)

[instagram.com/sepe\\_rj](https://www.instagram.com/sepe_rj)

[facebook.com/Seperj](https://www.facebook.com/Seperj)

[youtube.com/SepeRJoficial](https://www.youtube.com/SepeRJoficial)

[twitter.com/RjSepe](https://twitter.com/RjSepe)



[seperj.org.br/filiacao](http://seperj.org.br/filiacao)



INFORMATIVO DO SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

## EDIÇÃO ESPECIAL CONAE

Nº 28 | Finalizada em: 20/10/2023. Atualizada em: 23/10/2023.



Baixe aqui o documento referência da conferência >>



# SEPE RUMO À CONAE 2024

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 será reavaliado e reformulado na Conferência Nacional Extraordinária de Educação – CONAE

A disputa em torno das propostas para a educação nacional será acirrada. Nossa pauta histórica em defesa da educação pública tem como base as proposições tais como verba pública somente para a escola pública, valorização dos profissionais da educação com piso e plano de carreira baseado na formação e tempo de serviço, gestão democrática com eleição de diretores, educação inclusiva, concurso público para todos os setores da educação e fim das terceirizações, aposentadoria integral e paridade para todos, fim do Novo Ensino Médio e nenhuma disciplina com menos de dois tempos de aula, entre outras.

Nossa pauta histórica sempre foi combatida pelos setores conservadores que estarão presentes na conferência. Vale lembrar que em nosso Estado, a maioria dos prefeitos é aliada ao governador Cláudio Castro. Entendendo a necessidade de fortalecimento de nossa pauta histórica, o Sepe-RJ realizou quatro plenárias em setembro e outubro, com a presença de diversos núcleos e regionais do sindicato, onde



## CONAE 2024

Conferência Nacional de Educação

foram debatidos os sete eixos da CONAE e atualizou as proposições, tendo como parâmetro a pauta histórica votada em congressos e conferências.

Nossa participação precisa ser organizada e ativa. O Estado do Rio de Janeiro segue sendo o único no país que não aprovou o Plano Estadual de Educação (PEE), que está parado na ALERJ. O Sepe participou ativamente da construção do PEE e da cobrança de sua aprovação pela ALERJ.

## O QUE É A CONAE:

A Conferência Nacional Extraordinária de Educação 2024 (CONAE) é promovida pelo MEC, organizada e realizada pelo Fórum Nacional de Educação, que será realizada no ano que vem, em Brasília. A etapa nacional da Conferência está sendo precedida por encontros estaduais, distritais, municipais e ou intermunicipais, com debate orientado pelo "Documento Referência".

Essas conferências estaduais, distritais e municipais são promovidas pelos estados, municípios e Distrito Federal, com apoio técnico da União e organizadas, respectivamente, pelos Fóruns Distrital, Estaduais e

Municipais de Educação e qualquer instância da sociedade poderá promover conferências livres como espaço de mobilização das etapas preparatórias, considerando o cronograma da CONAE 2024, sem a eleição de delegados.

O Sepe sempre participou das conferências, disputando concepções de educação e apresentando propostas. Por isso, já realizamos plenárias organizativas para nossa participação na CONAE 2024, convocando os companheiros a se engajarem no processo de preparação para participação no evento.



A CONAE 2024, em suas etapas nacional, estaduais e municipais, terá como tema central: “Plano Nacional De Educação (2024-2034): Política de Estado para a Garantia da Educação como direito humano, com justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável”. Esse tema será discutido a partir de sete eixos temáticos, sobre os quais o Sepe se debruçou, em plenárias online, que apontaram as seguintes observações e propostas a serem levadas para a Conferência:

## EIXO 1

*O PNE como articulador do SNE, sua vinculação aos planos decenais estaduais, distrital e municipais de educação, em prol das ações integradas e intersetoriais, em regime de colaboração inter federativa.*

### Q OBSERVAÇÕES

► Falta de planejamento de colaboração das obrigações compartilhadas, em especial no oferecimento do Fundamental 2.

► Preocupação com limites e possibilidades de autonomia dos entes federados.

### ■ PROPOSTAS

► Fortalecer as alianças com setores progressistas da sociedade para mudar a correlação de forças e garantir proposições avançadas no PNE

► Votação imediata pelos legislativos dos PEEs e PMEs a partir da aprovação do PNE com previsão de sanção para quem não cumprir.

► Prazo, de acordo com as metas e estratégias, a partir da votação, para a implementação do PEE, PME.

## EIXO 2

*A garantia do direito de todas as pessoas à educação de qualidade social, com acesso, permanência e conclusão, em todos os níveis, etapas e modalidades, nos diferentes contextos e territórios; inclusive para as populações do campo, respeitando suas especificidades.*

### Q OBSERVAÇÕES

► Necessário formular propostas para que os gestores sejam obrigados a cumprir as legislações educacionais que garantam o acesso de todos à educação de qualidade social.

► Falta de regulamentação do regime de colaboração.

### ■ PROPOSTAS

► Garantia, em lei, de completa autonomia dos conselhos fiscalizadores da educação - CME, CAE, CACs/Fundeb.

► Implantar o regime de colaboração para o atendimento como obrigatório para todos os níveis e modalidades.

► Legislação sobre regime de colaboração.

► Só poderá otimizar turmas com permissão dos conselhos escolares.

► Não poderá fechar escolas e turnos.

► Bidocência estendida ao ciclo de alfabetização.

► Tendo em vista a proposta de educação em tempo integral no atual PNE e considerando como pressuposto o não retrocesso em suas metas e estratégias, faz-se fundamental a garantia de construção de novas escolas para atender tal proposta de educação em tempo integral.

## EIXO 3

*Educação, Direitos Humanos, Inclusão e Diversidade: equidade e justiça social na garantia do Direito à Educação para todos e combate às diferentes e novas formas de desigualdade, discriminação e violência.*

### Q OBSERVAÇÕES

► Preocupação com os materiais didáticos.

► Preocupação com o atendimento às crianças, jovens e adolescentes com deficiência.

► Preocupação com conteúdos e festas nas escolas de cunho religioso.

### ■ PROPOSTAS

► Maior rigor no acompanhamento dos conteúdos veiculados.

► Acompanhamento e supervisão das entidades científicas, universidades públicas e movimento organizado.

► Passe livre para estudantes em todos os níveis de ensino, inclusive em fins de semana, Propor ampliar este direito aos responsáveis pelas crianças matriculadas nas redes públicas, especialmente na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, de forma a garantir o acesso à Educação.

► Cobrança da efetivação das leis já existentes, como a obrigatoriedade de constar nos livros, currículos e aulas a história e cultura da África, dos afro-brasileiros e povos indígenas (Leis 10.639/03 e 11.645/08).

► Lei específica e concurso para profissionais especializados para atender pessoas com deficiência (Regulamentação da área de atuação).

► Legislação específica para abordagem no currículo das questões relacionadas à LGTBfobia e gênero, para garantia do direito a diversidade. Que a construção curricular envolva a participação democrática de forma efetiva garantindo as representações da comunidade escolar, entidades e universidades.

## EIXO 4

*Gestão Democrática e educação de qualidade: regulamentação, monitoramento, avaliação, órgãos e mecanismos de controle e participação social nos processos e espaços de decisão.*

### Q OBSERVAÇÕES

► Forma de cobrar dos gestores o cumprimento das leis existentes.

► Preocupação com gestores que não são educadores.

### ■ PROPOSTAS

► Eleição de diretores periódicas.

► Eleição dos conselhos escolares.

► Conselhos escolares autônomos, com poder decisório e não apenas consultivo.

► Participação dos organismos de classe em ouvidorias, em comissões de inquérito.

► Autonomia dos conselhos fiscalizadores (não podendo gestores de secretarias serem presidentes de conselhos).

► Legislação para que os gestores da educação sejam educadores, e funcionários públicos efetivos das carreiras da educação.

► Audiências públicas bianuais para prestação de contas do PME, PEE e PNE.

► A cada quadriênio Conferência para atualização do PNE.

► Adequação salarial compatível a carga horária de 40h aos gestores que sejam de carreiras com outra carga horária.

## EIXO 5

*Valorização de profissionais da educação: garantia do direito à formação inicial e continuada de qualidade, ao piso salarial e carreira, e às condições para o exercício da profissão e saúde.*

### Q OBSERVAÇÕES

► Garantia de discussão do plano de carreira com a categoria.

### ■ PROPOSTAS

► Início de carreira com a formação em nível médio, para todos os profissionais de educação.

► Ascensão na carreira por tempo de serviço e formação.

► Exigir regulamentação da aplicação do Piso na progressão da carreira.

► Fim da política de abono.

► Respeito aos planos de carreira em vigor.

► Aprovação de planos de carreira onde não existem, respeitando a progressão na carreira, piso inicial na formação em nível médio e com paridade para aposentados/as.

► Plano de carreira unificado (Professor e funcionário).

► Garantir a construção/ atualização dos planos de carreira com ampla participação da categoria.

► Inclusão no plano da educação das novas carreiras na educação.

► Criação de lei específica para definir cargos com a definição das funções exercidas por agentes de inclusão e professor de Educação Especial.

► Ingresso só por concurso público.

► Concurso para intérpretes de libras.

► Garantir concurso para professores indígenas.

► Garantir que profissionais de Educação exerçam somente as atribuições específicas do cargo, evadindo qualquer possibilidade de dupla jornada ou desvio de função para atividades de outro cargo (impedir o desvio de função).

► Proposta de combate à sobrecarga de trabalho, com quantitativo mínimo de funcionários.

► Garantias de suporte de saúde mental para profissionais da educação.

► Plano de Carreira Unificado, profissionais da educação deverão receber o mesmo piso referenciado na formação e na carga horária, independentemente da área de atuação.

## EIXO 6

*Financiamento público da educação pública, com controle social e garantia das condições adequadas para a qualidade social da educação, visando à democratização do acesso e da permanência.*

### ■ PROPOSTAS

► Autonomia dos conselhos fiscalizadores.

► Verba pública exclusivamente para Educação pública.

► Rejeitamos a política de privatização da gestão, do projeto de conectividade sob controle da MEGAEDU vinculada ao empresário Jorge Paulo Lemman.

► Garantir que a presidência dos conselhos da educação não seja ocupada por pessoas com cargos nos governos.

► Atingir a meta de 10% do PIB para educação pública já.

► Portais da transparência com a publicação das verbas e gastos da educação.

► Garantia de recursos financeiros nos orçamentos da educação do estado e municípios para o funcionamento dos conselhos de educação, garantindo autonomia de atuação e infraestrutura necessária.

► Garantia de liberação dos profissionais da educação que sejam representantes de conselhos em dias de reuniões ou trabalho efetivo demandado.

► Garantir a convocação e participação de todas as representações da sociedade civil por parte da Administração Pública para compor os diversos Conselhos em todas as esferas do poder público.

► Previsão na LOA e no PPA.

## EIXO 7

*Educação comprometida com a justiça social, a proteção da biodiversidade, o desenvolvimento socioambiental sustentável para a garantia da vida com qualidade no planeta e o enfrentamento das desigualdades e da pobreza.*

### ■ PROPOSTAS

► Garantir mecanismos de articulação dos movimentos socioambientais com a Educação Pública de modo a garantir espaços efetivos de combate a extrema pobreza, desigualdades e opressões.

► Garantir conteúdo das disciplinas relacionados com a biodiversidade local.

► Educação Ambiental Crítica com ênfase em Justiça Ambiental e Racismo Ambiental.

► Temas transversais em cada disciplina.

► Elaborar política para avançar na adaptação dos espaços escolares para ambientes auto-sustentáveis e saudáveis.

► Implementar uma educação ambiental crítica e intercultural que valorize os saberes locais e indígenas, quilombolas e caiçaras que promova a reflexão e o diálogo sobre os impactos socioambientais e incentive a participação ativa dos estudantes em ações de conservação e recuperação ambiental.

► Criação de projetos e conteúdos obrigatórios que visem a superação da desigualdade social, com destaque para direitos fundamentais dos cidadãos, como moradia, alimentação e educação universal.